Fecundidade e limitações de uma teoria

JÚLIO CEZAR MELATTI

Há mais de trinta anos Betty J. Meggers se dedica à Amazônia. Antes mesmo de iniciar sua primeira pesquisa nessa região, na ilha de Marajó e suas vizinhanças, nos anos de 1948 e 1949, a arqueóloga americana redigiu pelo menos dois trabalhos referentes à mesma [1]. Dada, pois, a larga convivência da autora com os temas amazônicos, sobretudo os de interesse arqueológico, é com grande expectativa que o leitor brasileiro abre seu livro *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*, publicado em Chicago, pela Aldine-Atherton Inc., em 1971, e cuja tradução, feita por Maria Yedda Linhares, acrescida de uma apresentação de Darcy Ribeiro, foi lançada em 1977, no Rio de Janeiro, pela Civilização Brasileira, com o título *Amazônia: a Ilusão de um Paraíso.* E o leitor não se decepciona, pois o livro não somente aborda o desenvolvimento cultural da Amazônia como também elabora uma teoria com que pretende dar conta do mesmo, o que pode conduzir a fecundas discussões.

Pode-se dizer que a teoria elaborada por Meggers compreende um certo número de princípios, alguns já admitidos em trabalhos seus mais antigos e outros que ela incorpora a suas reflexões talvez somente agora no livro em questão.

Um dos princípios é aquele segundo o qual o meio ambiente pode impor limitações ao desenvolvimento cultural. Meggers o defende desde os inícios de sua carreira, ao admitir que a decadência

---

[1] "The Beal-Steere Collection of Pottery from Marajó Island, Brazil". *Papers of Michigan Academy of Science, Arts and Letters,* XXXI (1945), Ann Arbor, 1947. p. 193-213.
"The Archeology of the Amazon Basin". In *Handbook of South American Indians*, org. por Julian Steward, v. III, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington, 1948. p. 149-166.

da cultura marajoara se devia ao fato de a mesma se ter desenvolvido num território de terras mais férteis (provavelmente a região andina do Equador e Colômbia), instalando-se depois em terras menos fecundas do nordeste da ilha de Marajó, que não puderam alimentar povo de cultura tão complexa [2]. Meggers formula esse princípio num famoso artigo [3], em que classifica os solos em quatro tipos, segundo seu potencial agrícola: "o nível a que uma cultura pode alcançar depende do potencial agrícola do meio que ocupa". Porém, no livro de que estamos tratando, o referido princípio é levado em conta com algumas modificações: Meggers leva em consideração não somente o potencial agrícola, mas também a variedade e quantidade de peixes, animais de caça e vegetais não cultivados.

Um outro princípio, também há muito admitido por Meggers, é a aceitação da difusão de traços como um fator de desenvolvimento cultural, se bem que subordinado ao princípio anteriormente citado. Em trabalhos anteriores, a autora chegou mesmo a propor uma ousada conexão por difusão entre a cultura Valdívia, do Equador, e a Jomon, do Japão, por volta de 3000 a.C., o que reitera num livro que publicou recentemente [4]. No livro de que estamos tratando, Meggers aplica esse princípio de maneira negativa, isto é, seleciona cinco grupos tribais da terra firme suficientemente distantes uns dos outros, de modo a eliminar a possibilidade de ter havido contatos recentes entre eles, uma vez que sua intenção é demonstrar que as culturas de tais grupos, por se terem desenvolvido num mesmo ambiente, apresentam-se segundo um mesmo padrão (p. 59-60 da tradução).

Até aqui temos princípios com que faz tempo Meggers trabalhava. Entretanto, neste livro, ela passa a aplicar mais um, provavelmente inspirada nos modernos antropólogos físicos, preocupados em estabelecer relações entre a cultura e a evolução biológica. Mas Meggers não os repete simplesmente: enquanto os antropólogos físicos procuram avaliar o papel da cultura como parte do ambiente que submete os espécimes humanos à seleção natural, ela admite que as próprias culturas estão sujeitas à seleção natural. Em outras pala-

---

[2] "A Pre-Columbian Colonization of the Amazon". *Archaeology,* IV, n.º 2. New York, 1951. p. 110-114.
"Uma interpretação das culturas da ilha de Marajó" (em co-autoria com Clifford Evans). Publicação n.º 7, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Belém, 1954.

[3] "Environmental limitation on the development of culture". *American Anthropologist,* v. 56, n.º 5, parte 1. Menasha, 1954. p. 801-824.

[4] *Prehistoric America.* Aldine-Atherton, Inc. Chicago, 1972. 200 p. Ver. p. 35-38.

vras, se antropólogos mais antigos estabeleciam uma analogia entre cultura (ou sociedade) e organismo, Meggers como que compara as culturas a espécies animais ou vegetais. Ela insiste, entretanto, que não está fazendo analogia (p. 201 da tradução), admitindo que de fato a seleção natural opera sobre as culturas.

E de que modo opera? Aqui Meggers lança mão do conceito de função e, mais ainda, da distinção entre função manifesta (que ela chama de "finalidade") e função latente (que chama simplesmente de "função"). Assim, propõe o princípio segundo o qual as funções (latentes) das regras e técnicas que constituem a cultura de uma sociedade é que a tornam pré-adaptada ou não a determinado ambiente.

Elabora, pois, uma teoria da ecologia cultural em que contribuições do evolucionismo, do difusionismo e do funcionalismo se entrosam, e à sua luz procura entender os sistemas sócio-culturais indígenas da Amazônia.

E assim Betty Meggers nos mostra como os dois tipos de ambientes em que se pode dividir a Amazônia — terra firme e várzea — condicionam o desenvolvimento de dois tipos distintos de sistemas sócio-culturais. No que tange à terra firme, são tomados como amostra os grupos tribais Kamayurá, Jívaro, Kayapó, Sirionó e Waiwái; no que se refere à várzea, os Omágua e os Tapajós. Como na várzea atualmente não mais existem grupos tribais, a autora teve de lançar mão de dois povos desaparecidos sobre os quais há precárias notícias históricas e dados arqueológicos talvez mais precários ainda.

A teoria elaborada por Meggers lhe permite dar conta do caráter adaptativo de uma série de técnicas ou regras dos grupos de terra firme, como as restrições sexuais, o aborto, o infanticídio, a feitiçaria, as guerras, as próprias idéias etnocêntricas, a distribuição espacial dos vegetais nas roças, a ausência ou escassez de roupas, o farto uso de bebidas e outras.

O trabalho é convincente, se admitirmos que nenhuma teoria explica de modo exaustivo a realidade. Quem se aventura a aplicar o princípio da seleção natural às sociedades e suas culturas provavelmente enfrentará os mesmos problemas que Darwin ao aplicá-lo às espécies sem os conhecimentos posteriormente produzidos pela genética. Em outras palavras, a seleção natural pode explicar por que certos costumes desaparecem com as sociedades que os põe em prática, mas não nos ajudará a elucidar por que e como tais costumes entram em vigor. Por exemplo, falando de técnicas de con-

trole do tamanho da população na terra firme, diz a autora a respeito dos Jívaro que (p. 138 da tradução) "A exigência de que o guerreiro deve observar continência por três a seis meses, após ter cortado cabeça de um inimigo, se torna compreensível se vista por esse ângulo." Ou seja, a abstinência sexual do matador resulta numa forma de controle de natalidade. Ora, nenhum pesquisador dirá que explicou por completo as restrições sexuais do caçador de cabeças e o próprio ato de caçar cabeças simplesmente pela diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade, respectivamente. Portanto, como reconhece a autora, a dita abstinência é inteligível apenas "se vista por esse ângulo".

Há trechos em que a própria autora usa uma linguagem inadequada a sua teoria, uma vez que se adapta mais ao finalismo do que à seleção natural (p. 177 da tradução): "A existência de tais costumes indica a necessidade de contrabalançar as tendências naturais para o crescimento populacional, apesar da aparente abundância dos meios de subsistência da várzea." Isso dá a impressão que tais costumes surgiram *para* diminuir o crescimento populacional e não que simplesmente *resultam* nele.

Essa falta de clareza parece ser produto do fato de que Meggers, apesar de ter distinguido finalidade de função, não dedicou maiores reflexões a essa distinção. Afinal de contas, se existem resultados não procurados (função) da operação de regras ou técnicas que redundam em adaptação a certo ambiente, é possível que determinadas regras ou técnicas sejam mantidas conscientemente pelos membros de uma sociedade com a finalidade (função manifesta) de aumentar as chances de sobrevivência. Entretanto, Meggers parece tratar o caráter adaptativo ou não dos costumes sempre como função (latente) não procurada diretamente. Mas, para se conseguir averiguar se existe uma consciência ecológica entre os membros de um grupo tribal, seria preciso tentar penetrar no conteúdo das crenças, nos motivos apresentados para as diversas práticas religiosas, mágicas, rituais ou técnicas, na mitologia. Porém, Meggers não parece incluí-los entre o que chama de "fatos essenciais" (p. 61 da tradução). E nem poderia explorar esses elementos em livro tão esquemático.

A adaptação das culturas indígenas na Amazônia é apresentada como o resultado final e feliz de um longo processo. Curiosamente a autora não contrasta os exemplos oferecidos com outros, de culturas que malograram e se extinguiram, o que poderia tornar mais convincente o seu texto. Chega a ser mesmo estranho que a decadên-

cia da cultura marajoara, na região que foi objeto de pesquisa pessoal e talvez a principal da autora [5], só mereça em todo o livro apenas um parágrafo (p. 182 da tradução).

Mas, sem dúvida, o livro é provocador e nos suscita novas perguntas. Por exemplo: até que ponto os grupos indígenas do cerrado, que foram incluídos por Steward na área dos Marginais, não conseguem viver em aldeias de população superior às dos grupos de terra firme amazônicos? Assim, as aldeias Xavante parecem ter mais habitantes do que as dos grupos de terra firme que Meggers escolheu como exemplo. Trabalhei com os Krahó, do cerrado, e com os Marubo, de terra firme, e meus dados censitários indicam que o maior grupo local Marubo tem população pouco superior à metade da maior aldeia Krahó; além disso, várias malocas Marubo que parecem por si sós constituirem um grupo local têm um número de habitantes inferior ao da menor aldeia Krahó. Até que ponto, pois, o cerrado e as matas ciliares que o cortam teriam um potencial alimentar mais alto do que a própria terra firme amazônica? Até que ponto o cerrado permitiria a existência de sociedades ligeiramente mais complexas? Mas, por outro lado, podemos perguntar também se uma concentração maior de pessoas nas aldeias do cerrado não corresponde a uma distância maior entre as mesmas do que a existente entre os grupos locais da terra firme. Para responder a essas perguntas seria necessário tomar números censitários e medidas de distância, inclusive do período anterir ao contato com os civilizados, com ajuda de dados históricos e arqueológicos. Parece que estamos muito longe de poder consegui-lo. A necessidade de mensuração se torna ainda mais imperiosa quando nos damos conta de que as técnicas para maximizar o rendimento da alimentação, as técnicas de controle do tamanho da população, as técnicas de controle da densidade da população, sublinhadas por Meggers no que tange à terra firme, são quase as mesmas que se mantêm no cerrado. No entanto, os resultados finais são diferentes. Por que? Talvez a pesquisa que Daniel Gross vem dirigindo sobre a ecologia de grupos do Brasil Central, quando publicada, nos apresente tais dados e nos indique caminhos para a resposta.

---

[5] Trabalho em co-autoria com Clifford Evans: *Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon.* Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 167. Washington, 1957. p. xxviii, 664 p.